

Julio Cesar Vieira Gomes

DECISÕES JUDICIAIS, RACIONALIDADE E NEUTRALIDADE

UMA PROPOSTA DE DEFERÊNCIA À
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Julio Cesar Vieira Gomes

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

G633d

Gomes, Julio Cesar Vieira

Decisões judiciais, racionalidade e neutralidade : uma proposta de
deferência à administração tributária / Julio Cesar Vieira Gomes. --
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

408 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 357-386.

ISBN 978-65-5510-375-5

1. Administração tributária. 2. Regulação. 3. Conselho Adminis-
trativo de Recursos Fiscais. 4. Decisão judicial. 5. Neutralidade. I. Tí-
tulo.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Plano de Trabalho	5

Parte I – A Racionalidade Limitada nos Decisionmakings, a Neutralidade Moderada e o Grau de Imparcialidade nos Tribunais: Deferência das Escolhas de Interpretação (*Interpretive Choice*) aos Órgãos-Agências

Capítulo 1 – Estudos de Teorias da Decisão Aplicadas à Dimensão Individual do Decisionmaker: Racionalidade Limitada nas Escolhas, Decisões e Julgamentos (<i>Bounded Rationality in Decisionmakings</i>).....	11
1.1. Considerações iniciais.....	11
1.2. Contribuições da neurociência e da psicologia comportamental: heurísticas, vieses e aversões.....	16
1.2.1. Os dois sistemas da mente e seus métodos de decisão	16
1.2.2. Heurísticas e vieses	24
1.2.2.1. Heurística de disponibilidade	27
1.2.2.2. Heurística de representatividade	32
1.2.2.3. Ancoragem e ajuste.....	36
1.2.2.4. Heurística de afeto	42
1.2.3. Aversão a perdas	53
1.3. Escolhas racionais limitadas: teorias de <i>bounded rationality</i>	66
1.4. As arquiteturas de escolhas para os decisionmakings.....	77
1.5. Síntese conclusiva	93

Capítulo 2 – A Dimensão Institucional dos <i>Decisionmakings</i> : Racionalidade Limitada, Neutralidade Moderada e o Grau de Imparcialidade nos Tribunais	97
2.1. Considerações iniciais	97
2.2 Judicial <i>Decisionmakings</i> : conteúdo emocional e aspectos políticos da decisão judicial.....	101
2.2.1. A influência do conteúdo emocional sobre a racionalidade dos judicial <i>decisionmakings</i>	107
2.2.2. Judicialização da política ou Ativismo judicial?	114
2.3 Judicial <i>decisionmakings</i> em Julgamentos Colegiados: <i>Cascade Effects, Groupthink e Many-minds</i>	125
2.3.1 <i>Cascade Effects Theory</i>	131
2.3.2 <i>Groupthink Theory</i>	140
2.3.3 <i>Many-minds Theory</i> como alternativa ou complemento para as deliberações colegiadas	147
2.4 Judicial <i>decisionmakings</i> : racionalidade, neutralidade e imparcialidade	154
2.5 Síntese conclusiva.....	164
Capítulo 3 – A Dimensão Institucional dos <i>Decisionmakings</i> : Teoria das Escolhas de Interpretação (<i>Interpretive Choice</i>) no Estado Administrativo (<i>Administrative State</i>) e a Deferência aos Órgãos-Agências.....	167
3.1. Considerações iniciais.....	167
3.2 A interpretação judicial sob influência dos aspectos não normativos.....	175
3.2.1 A relação direta entre a liberdade criativa para construção da norma jurídica a partir de imprecisões das prescrições legais e a influência dos aspectos não normativos nos judicial <i>decisionmakings</i>	175
3.2.2 Formalismo e realismo jurídicos sob uma visão institucional .	181
3.2.2.1 O formalismo jurídico como estratégia de <i>decisionmakers</i> ...	185

3.2.2.2 A importância do realismo jurídico para as teorias institucionais da decisão	193
3.3 A contribuição do sistema <i>Common Law</i> para o desenho dos <i>decisionmakings</i>	195
3.4 A posição dos órgãos-agência em questões técnicas e a “última palavra” dos tribunais.....	201
3.5 Síntese conclusiva.....	210

Parte II – A Mudança do Paradigma de “Contencioso” Administrativo para um Sistema Preventivo de Regulação Tributária

Capítulo 4 – Uma Análise Crítica do Macroprocesso de Crédito Tributário em uma Abordagem Institucional.....	217
4.1. Considerações iniciais	217
4.2. Procedimento fiscal para a constituição dos créditos tributários da União	220
4.2.1 A natureza decisória da constituição dos créditos tributários pelo lançamento.....	223
4.2.1.1 As imprecisões das prescrições legais tributárias e a complexidade das relações jurídico-econômicas	227
4.2.1.2 Os constrangimentos institucionais e a necessidade de autonomia para a autoridade responsável pela constituição dos créditos tributários.....	236
4.2.2 A impropriedade da adoção do sistema inquisitivo nos lançamentos tributários	244
4.3 Características gerais das instâncias revisionais “judicantes” do macroprocesso do crédito tributário	258
4.3.1 As sessões de julgamento da primeira instância de revisão	260

4.3.2 As sessões de julgamento das instâncias superiores.....	263
4.4 Representação paritária dos conselheiros e o voto de qualidade	269
4.5 Aplicação das teorias da decisão ao <i>decisionmaking</i> no âmbito do macroprocesso do crédito tributário	279
4.6 Síntese conclusiva.....	287
Capítulo 5 – Os Conselhos de Regulação Tributária como Solução para um Sistema Preventivo de Macroprocesso do Crédito Tributário.....	291
5.1. Considerações iniciais.....	291
5.2. Regulação e atividade judicante de uniformização da interpretação e aplicação da legislação tributária: a visão integrada do macroprocesso em Conselhos de Regulação Tributária.....	296
5.3 O funcionamento dos Conselhos de Regulação Tributária	305
5.4 A instância especial para uniformização da interpretação e aplicação da legislação tributária	313
5.5 A composição colegiada dos Conselhos de Regulação Tributária e seus mecanismos de legitimação democrática do processo decisório	321
5.6 O funcionamento da instância revisional dos Conselhos de Regulação Tributária	331
5.7. A impugnação ao termo de verificação fiscal: oportunidade de manifestação antes da constituição do crédito tributário	340
5.8 Síntese conclusiva.....	343
Conclusões	349
Referências Bibliográficas	357
Referências Normativas.....	385